

1. As pesquisas desenvolvidas pelo senhor indicam a centralidade do estudo das classes sociais e suas frações para que seja possível apreender as condições históricas que possibilitaram a construção de uma “frente política neodesenvolvimentista” que sustentou os governos petistas (2003-2016).

Armando Boito Jr. De fato, pouco ou nada se pode compreender das instituições e do processo político se não se parte das classes sociais e dos seus conflitos. E não basta, como fazem alguns autores, considerar, de modo genérico e equivocado, a oposição entre a classe capitalista e os trabalhadores assalariados. Isso porque a classe capitalista, como mostram Marx, Engels e a maior parte dos autores marxistas, está dividida, não de modo rígido e estático é verdade, em frações e, por seu turno, o mundo do trabalho é composto de mais de uma classe social: a classe operária em sentido estrito, que são os trabalhadores assalariados manuais dos diferentes setores da economia, mas também a classe média, assalariada ou profissionais liberais, o campesinato e aquele setor que a sociologia crítica latino-americana denominou “trabalhadores da massa marginal”, que é, considerado isoladamente, o maior contingente de trabalhadores do capitalismo (dependente) brasileiro e que, aliás cresceu muito sob o modelo capitalista neoliberal – os camponeses de regiões rurais decadentes, os subempregados, os trabalhadores domésticos, camelôs etc. Esses trabalhadores da massa marginal foram e são a base social mais fiel do lulismo. E a coisa é tão mais complexa porque se você vai analisar o campesinato ou a classe média, logo se dá conta que essas classes não intervêm de modo unificado no processo político. Elas também se subdividem em frações com demandas específicas – o camponês sem terra, acampado, quer

terra, pressiona por desapropriações; o camponês assentado, com terra suficiente, quer financiamento, assistência técnica e mercado para seus produtos. No caso dos governos do PT, eles focaram sua política social para o campo no camponês com terra, e não no campesinato pobre, sem terra. O financiamento para a agricultura familiar e os mercados institucionais para seus produtos cresceram enormemente, mas as desapropriações de terra praticamente foram congeladas.

Essas classes, frações de classes e camadas sociais, como seus interesses específicos, disputam entre si a distribuição da riqueza produzida, é isso que eu denomino conflito de classes e é isso que temos e tivemos no Brasil. A luta de classes propriamente dita é algo distinto. É a disputa pela organização geral da sociedade, da economia e do poder político – capitalismo ou socialismo – e isso nós não temos no Brasil contemporâneo. Pois bem, esses conflitos de classe e de frações repercutem nas instituições e no processo político. Algumas classes ou frações se fazem presente com organizações políticas próprias, com programa político específico; outras se fazem presentes apenas indiretamente, representadas por terceiros; outras sequer intervêm no processo político – a análise política pode deixá-las de lado. E as relações de classe ensejam, ainda, além dos conflitos, convergências de interesses que podem se converter em alianças para alcançar objetivos comuns. E tudo isso é dinâmico: a posição que uma classe ou fração tem hoje não será, necessariamente, a mesma que terá amanhã. No Brasil do período dos governos encabeçados pelo PT se formou uma grande frente política, heterogênea e policlassista, que deu sustentação a esses governos e à sua política neo-desenvolvimentista, pelo menos até 2014.

Quanto às instituições políticas, elas são construídas, capturadas ou se apoiam em uma ou mais classes e frações. Essas instituições têm suas

regras e seus valores, mas, para se manterem, necessitam de apoio social que é um apoio de classe. E surgem as combinações as mais complexas entre tais instituições e os interesses e as práticas das classes sociais. A Operação Lava-Jato é um exemplo de tal complexidade: a classe média abastada, que monopoliza os cargos no Judiciário e no Ministério Público, mobilizou, com o apoio do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, esse ramo do aparelho de Estado, lançando mão das normas e dos valores que lhe são próprios, a serviço do capital internacional. A análise tem de pegar essas duas pontas: de um lado, a ponta mais importante, que são as classes sociais e seus conflitos, e, de outro, as instituições que, a maioria delas, encobre e ao mesmo tempo participa do conflito de classes.

2. Qual o balanço que o senhor faz do ciclo neodesenvolvimentista? Como o senhor analisa as rupturas no interior desta grande frente política?

Armando Boito Jr. Esse ciclo propiciou a melhoria das condições de vida de boa parte da população trabalhadora, o desenvolvimento do grande capital nacional – na construção pesada, no agronegócio, no setor bancário – e, parte que nos diz respeito que somos professores, propiciou também a expansão do sistema educacional e universitário público. Permitiu, ainda, uma maior autonomia do Estado brasileiro no cenário internacional, particularmente vis-à-vis às exigências do imperialismo estadunidense. Isso tudo foi possível graças à formação daquela frente política ampla e heterogênea que eu denominei frente política neodesenvolvimentista. O Estado foi chamado a intervir na

economia para estimular o crescimento econômico e para reduzir a pobreza. Essa não é a política do Estado mínimo neoliberal. Contudo, se mudou a política econômica, de neoliberal para neodesenvolvimentista, não mudou o modelo econômico de capitalismo, que seguiu sendo neoliberal – o mercado interno continuou aberto, as empresas estatais privatizadas seguiram nessa condição, não se tocou na desregulamentação financeira e assim por diante. Isso impôs limites estreitos ao desenvolvimentismo dos governos do PT. Como o Estado pode investir pesado se tem uma dívida pública astronômica para rolar? Como desenvolver o capitalismo interno se o mercado segue aberto? Ademais, e esse é um aspecto político cujo peso sentimos até hoje, preocupado em manter as grandes empresas nacionais, a fração que eu denomino grande burguesia interna, ao seu lado, o PT não organizou politicamente os trabalhadores. Temia a acusação de bolivarianismo e temia perder o aliado burguês. O resultado foi que, quando o grande capital internacional iniciou a sua ofensiva política restauradora em 2014, com o fito de restabelecer a hegemonia política que perdera em 2002 com a derrota do tucano José Serra para Lula, os beneficiários populares do neodesenvolvimentismo não estavam organizados e nem educados politicamente de modo a poder identificar o perigo e agir em defesa do governo. Vimos que a resistência ao golpe parlamentar de abril de 2016 foi muito fraca, bem como a resistência e a luta contra a perseguição judicial que foi vítima o ex-presidente Lula. Grande parte do movimento popular estava, e está, politicamente neutralizado. No topo, a grande burguesia interna, que fora a principal beneficiada pelo neodesenvolvimentismo petista, foi, devido à crise econômica e a outros fatores, abandonando o campo de apoio ao governo e passando para a oposição. Foi um movimento gradativo e desigual. Houve

adesão e omissão diante do golpe da parte dessa burguesia interna e isso fez a correlação de forças pender para o lado do campo neoliberal dirigido pelo capital internacional, pela fração da burguesia brasileira integrada a esse capital e cuja base de apoio era a alta classe média que combatia, nas ruas, o PT e seus governos devido à sua política social de redução da pobreza. A camada superior da classe média via na modesta ascensão das camadas populares uma ameaça. Foi de onde se originou a Operação Lava-Jato e a instrumentalização do Judiciário e do Ministério Público para fins políticos.

3. O senhor tem sido um dos intelectuais que tem empenhado em seus estudos para explicar o avanço da “extrema direita” ou “Nova Direita”, como alguns pesquisadores têm nomeado, no Brasil. De que maneira é possível caracterizar esta ofensiva da direita no Brasil?

Armando Boito Jr. Essa ofensiva é uma ofensiva, como disse acima, do capital internacional e da burguesia associada apoiada na alta classe média. Desde 2018, esse campo logrou atrair, graças, dentre outros fatores, à atuação das igrejas evangélicas, segmentos das classes populares. É uma ofensiva reacionária de massa que eu caracterizo como neofascista. Do ponto de vista dos interesses que representa, essa ofensiva política representa os interesses do capital internacional e da burguesia associada. O seu objetivo é abrir e entregar mais ainda a economia nacional aos interesses do imperialismo. Isso é o principal. Porém, isso foi obtido, não por intermédio do PSDB, que sempre foi o representante partidário desses interesses no Brasil, mas, sim, por in-

termédio de um movimento de massa, surgido na luta pela deposição de Dilma Rousseff em 2015, que é um movimento reacionário cujos objetivos são eliminar a esquerda do processo político, combater o comunismo e restaurar valores sociais e familiares tradicionais. É um novo tipo de fascismo. Características básicas da ideologia fascista – autoritarismo, anticomunismo, culto da violência, negativismo, irracionalismo, machismo etc. – dão o tom desse movimento. Vivemos uma fase nova. Agora é ultraneoliberalismo na economia e fascismo na política. Temos um movimento e um governo fascista. Ainda não chegamos, e devemos nos manter alerta para que não cheguemos, a uma ditadura fascista. Numa situação dessas, caracterizar o Governo Bolsonaro como populista (de direita) é cometer um erro teórico e também um erro político, é subestimar o perigo que nos ameaça.

4. Como o senhor analisa a movimentação das classes sociais e suas frações nas eleições de 2018 e o seu comportamento nos primeiros meses do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL)?

Armando Boito Jr. No governo Jair Bolsonaro podemos verificar uma dinâmica política que é característica dos governos fascistas: tem de organizar a hegemonia de uma fração reacionária da burguesia sem se descolar por completo da sua base social que não é burguesa.

Ele governa para o capital internacional e para a burguesia associada. Isso gera contradições. Para seguir os Estados Unidos e seus interesses, Bolsonaro provoca insatisfações na burguesia interna – o agronegócio está com a orelha em pé devido à promessa, hoje um tanto esquecida, de afastar o Brasil da China; a indústria não pode nem ouvir

falar em rompimento com o Mercosul já que se encontra aí o principal destino das exportações brasileiras de manufaturados. Porém, tais insatisfações têm sido compensadas, com sobra, devido ao ataque contra os direitos dos trabalhadores que agrada, e muito, o conjunto da burguesia, independentemente do pertencimento de fração deste ou daquele capitalista: reforma trabalhista e reforma da Previdência são música para os ouvidos burgueses. Até quando prevalecerá a unidade burguesa, não sabemos.

No campo de classe média e popular, Bolsonaro, que foi, é bom insistir, uma candidatura que nasceu de baixo para cima produzida por um movimento reacionário de massa, Bolsonaro, eu dizia, não pode se descolar por completo da alta classe média e dos segmentos populares, que, refiro-me a esses últimos, aderiram tardiamente ao bolsonarismo. O fascista se põe, então, a fazer declarações e tomar iniciativas do agrado dessa base: liberação de armas, afrouxamento da fiscalização no trânsito, liberação da violência policial, ameaça contra a cultura e os direitos das mulheres e outras medidas. No caso dos caminhoneiros, esse equilíbrio está deixando Bolsonaro na corda bamba. Muitas dessas medidas não agradam a burguesia. Surge a aspiração, muito presente na grande imprensa, de um governo com Paulo Guedes sem Jair Bolsonaro, sem Damares Alves e sem Abraham Weintraub. Mas esse é um desejo de baixa intensidade e, na verdade, vão. Tudo é amplamente compensado pelo serviço que Bolsonaro presta ao capital internacional e ao grande capital em geral.

Ele tenta agora criar o seu próprio partido político. O programa da Aliança pelo Brasil é destacadamente neofascista e muito moderadamente neoliberal. Nem mesmo sabemos se terá sucesso. Mas, o fato é que o sistema partidário que vigorou desde a década de 1990,

pluripartidário e organizado em torno de uma polarização (moderada) entre PT e PSDB, está em crise. Surge uma nova polarização, agora entre a extrema direita neofascista e a centro esquerda capitaneada pelo PT.

5. Recentemente, a partir da decisão do STF de assegurar o cumprimento da Constituição com a revogação da prisão em segunda instância, definiu-se o quadro de libertação do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva. Como você avalia a correlação de forças entre as classes a partir da libertação do Lula? Há perspectivas de unidade da esquerda para as eleições municipais de 2020?

Armando Boito Jr. A soltura de Lula foi uma vitória. Abateu os dirigentes da extrema direita e animou o campo democrático e popular. Porém, não podemos superestimar o seu alcance. A soltura não é liberdade. Não extinguiu, como seria justo, processos viciados contra Lula e nem suspendeu sentenças condenatórias. E mais. Essa soltura foi obtida mais em razão do conflito entre uma ala do STF, que representa a posição burguesa tradicional, e a Lava-Jato, que representa o neofascismo, e menos em razão da mobilização popular, que existiu, foi valente, perseverante, mas foi frágil. Ademais, o buraco é mais embaixo. O lulismo é uma corrente política limitada. Lula entretinha e entretém uma relação de tipo neopopulista com a sua base social. Não me refiro àquilo que os liberais entendem por populismo – uma liderança demagógica ludibriando e manipulando uma massa ignorante e desinformada. Isso, simplesmente, não existe. Tampouco me refiro ao conceito weberiano, infelizmente contrabandeado por inte-

lectuais e dirigentes de esquerda, de liderança carismática. Nada do que temos visto se deve a um suposto – e inexplicável – “carisma de Lula”. A relação é política. Os trabalhadores da massa marginal apoiam Lula e os governos do PT porque esses governos aplicaram uma política social que atendeu alguns interesses dessa massa – Bolsa Família, Luz para Todos, Programa de Cisternas, Minha Casa, Minha Vida, Pronatec etc. Mas, então, por que devemos denominar essa política com o conceito de populismo? Por que não chamá-la, por exemplo, socialdemocrata ou simplesmente popular? Vários autores evitam o conceito de populismo e preferem falar, quando se referem a Vargas, em “trabalhismo” ou, quando se referem a Lula, apenas e tão somente em “lulismo” sem maiores cuidados conceituais. Devemos mobilizar o conceito de populismo porque Lula e os governos do PT atenderam interesses de uma massa desorganizada, sem partido e sem programa sistemático, consciente, massa essa que manteve, e mantém com Lula, uma relação que, na sua aparência, é uma relação pessoal, embora seja, no essencial, uma relação política. De sua parte, Lula e o PT nada fizeram para mudar isso. Ele e o seu partido não dão passos para superar esse déficit organizativo, não investem na organização político-partidária da grande massa. Ora, para sairmos da situação atual, não bastará ter um candidato eleitoralmente forte para 2022. A situação é muito grave. As mudanças reacionárias foram profundas e continuarão na mesma direção – feriram de morte a Previdência Pública, o direito do trabalho, as empresas estatais e importantes instituições democráticas. Os trabalhadores brasileiros devem, ao mesmo tempo, defender os direitos políticos de Lula e superar o lulismo. Precisamos de organização político-partidária de massa.

6. A América Latina vivencia um momento de agitação política como se pode perceber nos embates travados entre as classes sociais na Venezuela, no Chile e, mais recentemente, na Bolívia com o golpe de Estado. A vitória da esquerda na Argentina também tem reverses no projeto imperialista dos EUA de intervenção na América Latina. Como o senhor avalia a conjuntura latino-americana, os interesses dos imperialistas na região e os impactos disso no Brasil?

Armando Boito Jr. Vocês já indicaram o caminho para a resposta: os sinais são contraditórios. Vitória eleitoral do neodesenvolvimentismo na Argentina e grandes manifestações de massa no Chile convivem com derrota na Bolívia, no Uruguai e, acima de tudo, derrota acachapante no Brasil. Os sinais são contraditórios, mas predominam amplamente os sinais que indicam a força da reação. Se pensarmos que a extrema direita está forte e cresce nos Estados Unidos e a Europa teremos uma dimensão realista do quadro atual. Toda longa marcha começa com um primeiro passo, disse Mao Zedong. Temos de dar o primeiro passo, saber para qual direção, mas essa nossa marcha, parece-me, será muito longa.

Professor, nós queremos agradecer sua disposição. É uma honra contar com seu diálogo na Revista Direitos, Trabalho e Política Social. Muito obrigado!